

A RESISTÊNCIA BOLIVIANA EM BUENOS AIRES: LÍNGUA, ENUNCIÇÃO E DISCURSO

Renie Robim¹

RESUMO

Este artigo analisa a articulação entre a língua espanhola, o léxico e a iconografia das línguas originárias nas produções discursivas da comunidade boliviana em Buenos Aires no contexto das mobilizações contra o golpe de Estado na Bolívia em 2019. A partir da perspectiva da Semântica da Enunciação, o estudo examina três cartazes, considerando os conceitos de espaço de enunciação, cena enunciativa e processos de denominação e determinação linguístico-discursiva. Os resultados indicam que a língua espanhola estrutura a enunciação, enquanto elementos como a *wiphala* e a palavra *wiphalazo* mobilizam uma memória discursiva de resistência indígena. Observa-se ainda a construção de um sujeito enunciador coletivo e transnacional, bem como a centralidade da *wiphala* como regularidade discursiva que articula sentidos de identidade, luta e solidariedade política na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do Discurso; Semântica da Enunciação; Golpe de Estado; Bolívia; Imigração.

RESUMEN

Este artículo analiza la articulación entre la lengua española, el léxico y la iconografía de las lenguas originarias en las producciones discursivas de la comunidad boliviana en Buenos Aires, en el contexto de las movilizaciones contra el golpe de Estado en Bolivia en 2019. Desde la perspectiva de la Semántica de la Enunciación, el estudio examina tres carteles, considerando los conceptos de espacio de enunciación, escena enunciativa y procesos de denominación y determinación lingüístico-discursiva. Los resultados indican que la lengua española estructura la enunciación, mientras que elementos como la *wiphala* y la palabra *wiphalazo* movilizan una memoria discursiva de resistencia indígena. Se observa además la construcción de un sujeto enunciador colectivo y transnacional, así como la centralidad de la *wiphala* como regularidad discursiva que articula sentidos de identidad, lucha y solidaridad política en América del Sur.

PALABRAS CLAVE

Análisis del Discurso; Semántica de la Enunciación; Golpe de Estado; Bolivia; Inmigración.

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos políticos que marcaram a Bolívia em 2019 desencadearam

¹ Mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e doutorando na mesma instituição. Professor do ensino básico, técnico e tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: renie@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4695-9295>.

mobilizações que repercutiram na América do Sul, constituindo um campo privilegiado para compreender as relações entre língua e discurso. Nesse processo, diferentes materialidades linguísticas e imagéticas passaram a integrar as disputas políticas em torno das formas de significar Estado, povo e nação. É nesse horizonte que se insere o presente artigo.²

Nosso objetivo é buscar uma resposta inicial às seguintes perguntas: nas séries textuais e imagéticas produzidas pela comunidade boliviana em Buenos Aires durante suas mobilizações contra o golpe de Estado na Bolívia em 2019, como e em relação com quais fatores discursivos se articulam a língua espanhola e a iconografia das línguas originárias? Como essa articulação entre língua e iconografia se relaciona com a construção discursiva dos Estados, povos, e nações no espaço geográfico sul-americano? Mobilizaremos, para isso, alguns conceitos como o *político* na linguagem, *espaço de enunciação*, *cena enunciativa* e *denominação e determinação linguístico-discursiva* (Guimarães, 2014) para realizar a análise de três cartazes produzidos no contexto dessas mobilizações.

Para desenvolver essa proposta, inicialmente contextualizamos a crise boliviana, e os processos sociais que envolvem a mobilidade dessa comunidade. Em seguida, expomos o referencial teórico. Posteriormente, delimitamos a metodologia e o *corpus* de análise composto por três cartazes produzidos no contexto das mobilizações que estão *on-line*. Por fim, realizamos a análise discursiva dos materiais à luz da Análise do Discurso e da Semântica da Enunciação, buscando compreender os sentidos produzidos pelas relações entre língua, discurso e iconografia, a partir dos quais discutimos os principais resultados do estudo.

1 A crise na Bolívia

A mais recente tentativa de golpe de Estado na Bolívia aconteceu em 2024. Em junho, o general José Zúñiga, que até o momento era comandante das forças armadas bolivianas invadiu, com unidades do exército, o palácio presidencial. A tentativa de golpe de Estado contra o presidente Luís Arce foi derrotada pela ação popular e pela ausência de apoio militar. O general golpista está preso. A intentona não é uma ação isolada. Ela deriva das movimentações militares e políticas de 2019 que culminaram com a deposição do

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Código de Financiamento 001

governo do MAS-IPSP (*Movimiento al Socialismo – Instrumento político por la soberanía de los pueblos*), partido do ex-presidente Evo Morales.

Por sua vez, o golpe de 2019 se assemelha a outros diversos golpes que aconteceram recentemente na América Latina: Paraguai (2012), Brasil (2016) e Venezuela (2026). Tentativas de desestabilização do governo de Cuba são permanentes. A Bolívia tampouco permaneceu imune a tais dinâmicas: com apoio de financiamento estrangeiro, forças civis e militares articularam o golpe que resultou no encerramento do ciclo de governos de Evo Morales.

O povo boliviano elegeu o primeiro presidente de origem indígena da história nas eleições gerais de 2005. Nascido em Oruro, o ex-cocaleiro governou a Bolívia por 3 mandatos consecutivos. Em 2019, foi reeleito em 1º turno com cerca de 47% dos votos para seu quarto mandato. No Brasil, Evo obteve 71% dos votos dos eleitores bolivianos, na Argentina, o índice foi de 83%, ainda maior. Parte da oposição com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) não reconheceram a eleição de Morales e alegaram fraude, fato até hoje nunca esclarecido. Desde então, o movimento golpista ganhou corpo e suas ações culminaram com a renúncia de Morales, em 10 de novembro de 2019, após exigências das Forças Armadas e ameaça a seus familiares.

Após uma crise institucional, a senadora Jeanine Añez, segunda vice-presidente do senado, assumiu a presidência da Bolívia, depois da renúncia de todos os outros da linha de sucessão, com o objetivo de dar continuidade ao movimento golpista. Porém, seu governo durou menos de um ano. Luís Arce, candidato do MAS-IPSP, venceu as eleições presidenciais de 2020 em primeiro turno com mais de 55% dos votos, revertendo o golpe. Assim, a esquerda voltou a ser majoritária no congresso e no senado.

A crise na Bolívia faz parte da crise capitalista global, que afeta sobretudo os países menos desenvolvidos da América Latina, da África e da Ásia. Roberts (2023) utiliza o conceito de “policrise” para explicar que “o modo de produção capitalista está se defrontando com diversas tensões disruptivas simultâneas: econômica; ambiental (clima e pandemia); e geopolítica (guerra e divisões internacionais).” A história da Bolívia mostra várias “policrises”: guerra civil entre liberais e conservadores, guerra do Pacífico, guerra do Chaco, Revolução de 1952, ditaduras, e, nos últimos anos, golpes militares em governos eleitos democraticamente. García Linera (2023), ex-vice-presidente da Bolívia, em relação à crise do capitalismo atual esclarece que: “O modelo neoliberal entrou em turbulência; ele

não desapareceu, mas está começando a desabar (...) desde 2010, tem havido um caos sistêmico global”.³ Todos esses fatos são decorrência da “policrise” explicada por Roberts (2023).

Diante desse panorama, as recentes tentativas de golpes de Estado na Bolívia formam parte de mais um capítulo da longa trajetória de intervenções militares na América Latina, muitas delas marcadas por ingerência externa. Porém, esse processo leva à resistência popular não só dentro da Bolívia como também fora dela. Neste artigo, observamos este fenômeno no caso da comunidade boliviana na Argentina, que saiu às ruas com o objetivo de combater o golpe.

Esta seção contextualizou a crise política na Bolívia e os processos de mobilidade da comunidade boliviana, situando o contexto de produção dos materiais analisados. A seguir discutimos os processos de mobilidade para o trabalho.

2 A mobilidade para o trabalho

Após contextualizarmos a crise política boliviana e o golpe de Estado de 2019, discutimos os processos migratórios da comunidade boliviana. As migrações não podem apenas ser pensadas como um fenômeno intrínseco ao ser humano. A mobilidade humana de um espaço a outro está vinculada a contextos econômicos, sociais, políticos, ambientais, entre outros. Segundo Heidemann (2008, p.18) “Não adianta, por exemplo, pressupor uma natureza humana de um ser humano ontológico como ‘homo viator’”. Os modos de produção de uma sociedade são um fator fundamental propulsor de mobilidades e deslocamentos. A humanidade vivenciou diversos tipos de modos de produção, entre eles, o feudal, o escravista, o socialista e o capitalista (presente na maioria dos países atualmente). Os antigos modos de produção, sobretudo o escravista, não permitiam a liberdade da venda da força de trabalho e nem da circulação do trabalhador. Os proprietários, donos de pessoas escravizadas, necessitavam manter o trabalhador apto para o trabalho, garantindo minimamente sua subsistência. A vida desse ser humano era uma mercadoria. Com o advento do capitalismo, a partir da acumulação primitiva e da ascensão das novas técnicas de produção, a burguesia tem a necessidade de pagar apenas pela força de trabalho do ser humano. A garantia de subsistência, de moradia e de

³ GARCÍA LINERA, Álvaro. Moderação está fazendo mal à esquerda. Outras Palavras, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/linera-moderacao-esta-fazendo-mal-esquerda/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

saúde passa a ser por conta do próprio trabalhador. Desde então, o trabalhador pode circular livremente em busca de vender sua única “mercadoria” que é a força de trabalho. Segundo Gaudemar (1977, p. 201) “a força de trabalho é (...) a única mercadoria ‘livre’ de se deslocar, de se dirigir ao local de venda de sua escolha”.

Portanto, a mobilidade para o trabalho é necessária para o funcionamento do capitalismo. A contínua expansão territorial desse modo de produção que se instala em quase todo o espaço do planeta gera fenômenos de deslocamentos populacionais de uma ordem nunca observada na história da humanidade. Embora os deslocamentos aconteçam desde a história antiga, a migração, no interior da sociedade capitalista, só pode ser explicada como fenômeno histórico social. A mobilidade para o trabalho faz parte da normalidade econômica. Assim, um dos seus efeitos é o êxodo rural, isto se dá devido à necessidade da burguesia de conseguir mão de obra para a produção e, conseqüentemente, para a extração da mais-valia. A indústria extingue diversos tipos de trabalho feitos por artesãos e camponeses. Este fenômeno é intrínseco à sociedade capitalista e a Bolívia também está inserida neste contexto. Segundo Gaudemar (1977, p.275), no âmbito da colonização “à expropriação do camponês interior sucede a do indígena dos países colonizados e, muito rapidamente, a imigração”. Podemos notar isso no país andino, visto que, segundo Silva (2007, p. 124) “cerca de 60% da população boliviana é indígena”.

Oprimidas pelas forças do capital, as populações camponesas são expulsas do campo e perdem suas terras. Ao se encontrarem sem ofício e sem a propriedade da terra, os trabalhadores se veem “livres” e móveis para venderem sua força de trabalho no mercado. Dessa maneira, a força de trabalho é a única mercadoria que pode ser trocada por capital. Gaudemar, (1977, p.273) ratifica essa ideia, afirmando que “a mobilidade primitiva do trabalho conduz ao modo de produção da força de trabalho como mercadoria particular”. Com a expansão e melhorias dos meios de transporte, a mobilidade da força de trabalho é facilitada no estágio do capitalismo atual, favorecendo as migrações internas e externas.

A mobilidade do trabalho propicia uma maior acumulação da extração da mais-valia e conseqüentemente maior lucro aos proprietários dos meios de produção. Gaudemar (1977, p. 217) afirma que “a primeira forma pela qual se manifesta no tempo a mobilidade da força de trabalho é a da extensão máxima da jornada de trabalho” que ocorre nos casos em que a lei não estabeleça qualquer limite. Podemos observar este fenômeno na

imigração boliviana no Brasil. Não raro encontramos notícias de trabalhadores que passam mais de 12 horas em frente às máquinas de costura sem qualquer fiscalização. Muitas vezes, nem documentos estes trabalhadores possuem e trabalham em condições análogas à escravidão⁴.

Uma das características atuais do capitalismo é a transnacionalização da produção. Antunes (2005, p.31) elucida que “A conformação mais complexificada da classe trabalhadora, assume, no contexto do capitalismo atual, uma dimensão decisiva dada pelo caráter transnacionalizado do capital e de seu sistema produtivo”. O sociólogo exemplifica este fato citando a indústria automotiva, onde as plantas produtivas são mundializadas, ou seja, os carros mundiais praticamente substituem os carros nacionais. Situação idêntica se nota com a indústria têxtil no Brasil. Na película “100% boliviano, mano”⁵ dirigida por Alice Riff e Luciano Onça, que tematiza a imigração boliviana em São Paulo, um trabalhador boliviano explica como se dá o fluxo do seu processo de trabalho: “O fornecedor manda o corte tudo cortadinho, o boliviano, a única coisa que vai fazer é a mão de obra e entrega tudo pronto para o coreano. O coreano faz o acabamento (...) e manda para o cliente”. Este é um típico exemplo da transnacionalização do capital. No espaço territorial de um país, neste caso, o Brasil, trabalhadores de outras duas nacionalidades se relacionam no processo de produção de mercadoria. A relação reflete a situação econômica de cada país, ou seja, os proprietários coreanos extraíndo a mais-valia dos trabalhadores bolivianos.

Portanto, seja para a Europa, seja para os países da América Latina, a imigração boliviana faz parte do funcionamento do capitalismo. O agente real da produção é a força de trabalho. A força de trabalho, por sua vez, é uma mercadoria, por conseguinte, o trabalhador deve se encontrar “livre” para vender essa mercadoria para quem se dispõe a pagar. O trabalhador se encontra desterritorializado, pois, além de perder as terras, as questões nacionais são irrelevantes ao capitalismo. A produtividade do trabalho supõe a sua mobilidade como elasticidade do seu uso e a mercadoria pode ser produzida por qualquer um em qualquer lugar do mundo. O conteúdo do trabalho é indiferente ao trabalhador, ou seja, o produto fruto do trabalho na costura, é alheio ao trabalhador

⁴ VELEDA, Raphael. Bolivianos são 43% dos estrangeiros resgatados do trabalho escravo no Brasil. Metrôpoles, [s.d.]. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolivianos-sao-43-dos-estrangeiros-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em: 7 jun. 2026.

⁵ AGÊNCIA PÚBLICA, 100% boliviano, mano. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-TMwK6fn6Q&t=35s>. Acesso em: 07 jun. 26

boliviano. Consequentemente, a mobilidade do trabalhador boliviano ao Brasil é parte da engrenagem do funcionamento do capitalismo em nível mundial. Segundo Vainer (1996, p.5), o próprio Banco Mundial reconhece que “os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista”.

Esta seção discutiu as condições históricas e socioeconômicas da mobilidade da comunidade boliviana. A seguir, apresentamos o referencial teórico que fundamenta as análises.

3 Língua, enunciação e política

Foi fundado na Argentina em 2019, O *Comité Argentino contra el Golpe en Bolivia, contra el racismo y el fascismo, por la Igualdad y La Paz en América Latina*. Este comitê se organizou com o objetivo de contestar o golpe de Estado na Bolívia e para isso produziu materiais como cartazes, panfletos, manifestos, entre outros. Nestes materiais é possível observar diversas séries textuais que se relacionam com fatores discursivos referentes à iconografia e léxico das línguas originárias. Fizemos uma sondagem e desenvolvemos algumas análises neste artigo. Selecionamos três cartazes para a composição do *corpus* que serão apresentados no tópico 5.

Guimarães (2002, 2014) propõe o conceito de espaço de enunciação que será fundamental para o entendimento da construção do sentido; Orlandi (1990), por sua vez, contribui com a noção de “o político” como uma dimensão constitutiva da linguagem. Indursky (1995), com base no dispositivo teórico da análise do discurso, interpreta a palavra povo em diversos discursos de governos militares brasileiros, evidenciando os deslocamentos semânticos e ideológicos operados nas diferentes conjunturas históricas. Celada e Fanjul (2022) discutem a relação entre língua e política no espaço geográfico da América do Sul, situando a linguagem como espaço de inscrição dos acontecimentos da esfera social e histórica. Ao articular os conceitos de espaço de enunciação, o político na linguagem, assim como as relações entre língua, discurso e ideologia, construímos um referencial teórico que nos permite analisar o *corpus*, interpretando, desse modo, a construção dos sentidos.

Consideramos pertinente a noção de espaço de enunciação, proposta por Guimarães (2002, p. 18):

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que

se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer.

Guimarães (2014, p. 49) sustenta que o conceito de espaço de enunciação permite compreender tanto o funcionamento das línguas quanto a forma como esse funcionamento se constitui em relação aos seus falantes. A dimensão denominada pelo autor como “o político” é inerente a esse funcionamento. O pesquisador define o “político” como uma “relação de confronto” (Orlandi, 1990, p. 35 *apud* Guimarães, 2014, p. 52), instaurada no uso da linguagem por meio da tomada da palavra por um enunciador em um espaço público. O silêncio é parte constitutiva da produção de sentido. Os falantes são concebidos como sujeitos das línguas no interior do espaço de enunciação. Nessa perspectiva, o “político” não constitui um elemento externo, mas é intrínseco à própria linguagem verbal. Assim, ao afirmar que o espaço de enunciação comporta um “conflito político” inerente, Guimarães refere-se à inscrição do político na materialidade linguístico-discursiva, de modo que o espaço de enunciação se configura, em si, como um espaço político.

A definição proposta por Guimarães contribui para a delimitação do conceito de espaço de enunciação no âmbito das séries textuais que serão analisadas. Segundo o autor (2014), tal espaço é constituído por contornos que abrangem o funcionamento da língua em sua relação com o contexto sócio-histórico. A articulação entre o espaço de enunciação e aquilo que o autor denomina cena enunciativa ocorre a partir de um conflito político inerente à tomada da palavra, o qual só pode ser apreendido mediante o funcionamento de cenas enunciativas específicas, estas, por sua vez, delimitadas por acontecimentos enunciativos. Nesse sentido, “a caracterização do embate próprio do espaço de enunciação é político e não algo simplesmente externo que se relaciona com o linguístico” (Guimarães, 2014, p. 65-66). Dessa forma, reafirma-se que o espaço de enunciação é atravessado por um conflito político constitutivo, cuja materialidade se inscreve no plano linguístico-discursivo.

Outro eixo de análise consiste em compreender os processos de denominação e determinação linguístico-discursiva presentes nas séries textuais. Para isso, recorreremos à formulação teórica de Freda Indursky (1995), que investiga o funcionamento do termo “povo” no discurso da ditadura militar brasileira, a partir de sua articulação com diferentes determinantes (como “nosso povo”, “o povo”, “um povo”, entre outros). A autora explicita como o sujeito discursivo mobiliza estas denominações em distintas funções enunciativas, delimitando seus possíveis sentidos no interior do espaço discursivo analisado. Nesse

movimento, Indursky identifica cinco domínios semânticos associados à palavra “povo”, o que lhe permite apreender os efeitos de sentido produzidos e compreender sua utilização como instrumento de natureza política no contexto dos governos militares. A análise empreendida pela pesquisadora evidencia, assim, o caráter historicamente constituído do significado de “povo” no interior do processo discursivo. O contato com esse referencial teórico nos possibilitou a formulação de interpretações acerca do funcionamento de itens lexicais na materialidade linguístico-discursiva dos cartazes analisados. Além disso, contribuiu para compreender como a articulação entre substantivos e adjetivos no interior dos sintagmas nominais pode produzir efeitos de sentido específicos no discurso escrito produzido pela comunidade boliviana.

Celada e Fanjul (2022) propõem uma reconfiguração da definição de “espaço de enunciação” originalmente formulada por Guimarães (2002), ao sugerirem um acréscimo à sua formulação conceitual. Segundo os autores, os espaços de enunciação seriam habitados “por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer, aos modos de dizer e às línguas nas quais dizer” (Celada; Fanjul, 2022, p. 32). Tal reformulação se mostra produtiva na medida em que enfatiza os falantes enquanto sujeitos atravessados por relações complexas com mais de uma língua. Essa redefinição do conceito revelou-se fundamental para o desenvolvimento das análises empreendidas nesta pesquisa. Nas séries textuais analisadas, entrelaçam-se dimensões linguísticas e discursivas, evidenciando, por exemplo, a presença do simbólico associado às línguas originárias, que irrompe de modo não verbal nos cartazes e no manifesto. Soma-se a isso a determinação de categorias como “Estado”, “povo” e “nação” nas diferentes formas de designação mobilizadas nos materiais.

Em síntese, essa disputa incessante entre o espanhol e as unidades imagéticas e iconográficas que se vinculam às línguas originárias produz sentidos. Buscaremos interpretar quais sentidos são produzidos a partir de análises linguístico-discursivas nas séries textuais dos materiais produzidos na Argentina.

4 Procedimentos de análise

Neste tópico, avançamos para a apresentação inicial dos materiais que compõem o *corpus*, bem como para a explicitação dos procedimentos metodológicos. A metodologia será desenvolvida a partir da análise de séries textuais, tendo como base três cartazes previamente selecionados. Como já mencionado anteriormente, tomaremos como referencial teórico a Semântica da Enunciação (Guimarães, 2002), teoria que dialoga com

a Análise Materialista do Discurso ao compartilhar alguns de seus pressupostos acerca do sentido e do sujeito na linguagem, embora se constitua como um campo teórico autônomo. A partir desse referencial, observaremos dois processos: (i) a configuração do espaço de enunciação e (ii) a análise das cenas enunciativas específicas, delimitadas a partir dos acontecimentos enunciativos. Entendemos que a observação desses dois processos dá conta de responder aos problemas colocados e permite formular propostas acerca de sentidos produzidos pelas relações entre a língua espanhola e a linguagem, simbólica, imagética e iconográfica presente nas séries textuais.

Para as análises destes materiais verificaremos como as séries textuais e imagéticas em espanhol se relacionam a: (i) os processos de denominações e determinações linguístico-discursivas para os atores políticos, para o Estado, para o povo e para a nação na cena enunciativa; e (ii) a possibilidade de emersão em linguagem verbal ou iconográfica das línguas originárias.

Os procedimentos terão foco nos seguintes fenômenos: (i) a alternância de línguas: as que realmente são enunciadas e o que surge em emergências não refletidas de formas de uma língua na outra, ou seja, os deslocamentos não refletidos; (ii) as denominações e determinações linguístico-discursivas, especificamente sobre como se dá a relação entre substantivo e adjetivos nos sintagmas nominais, (iii) a relação entre língua, Estado, povo e nação e (iv) a posição do sujeito na enunciação.

Realizamos neste ponto uma sondagem dos primeiros materiais coletados em *sites* argentinos referentes à resistência boliviana ao golpe de Estado de 2019. Apresentaremos os três cartazes em bloco e depois passaremos às análises.

Figura 1 - Boletim informativo sobre a criação do *Comité de Solidaridad con Bolivia* e convocação para manifestação contra o golpe de estado de 2019.



Fonte⁶: EA-CABA. A sostener y profundizar la democracia del pueblo. 2019.

Figura 2 - Cartaz de convocação para a manifestação de 17 de novembro de 2019 em defesa do processo de mudanças e em rejeição ao golpe cívico-policial na Bolívia.



Fonte: EA-CABA. A sostener y profundizar la democracia del pueblo. 2019.

⁶ ENCuentro Antiimperialista CABA. A sostener y profundizar la solidaridad con el pueblo boliviano. Blogger, 2019. Disponível em: <https://ea-caba.blogspot.com/2019/11/a-sostener-y-profundizar-la.html>. Acesso em: 24 abr. 2026.

Figura 3 - Cartaz de convocação para a jornada continental de luta contra o golpe de Estado na Bolívia, conclamando os participantes a aderirem ao *wiphalazo*.



Fonte: EA-CABA. A sostener y profundizar la democracia del pueblo. 2019.

5 Primeiras análises dos cartazes produzidos na Argentina

O *Comité Argentino contra el Golpe en Bolivia, contra el racismo y el fascismo, por la Igualdad y la Paz en América Latina* convocou, em novembro de 2019, uma ampla manifestação que começou na avenida 9 de julho e se deslocou até a Praça de Maio (sede do governo argentino), onde foi realizado um festival artístico com a consigna “*No al golpe de Estado en Bolivia*”. Este festival artístico reuniu distintas organizações, entre elas a *Central de los Trabajadores Argentinos* (CTA) e a *Confederación General del Trabajo* (CGT). O festival contou com a participação de cantores, artistas, deputados, sindicalistas e partidos políticos. Na passeata, muitos manifestantes empunhavam cartazes com

algumas consignas, como: “*Evo, el pueblo está contigo*”, “*paz para mi Bolivia*”, “*Argentina, gracias por su apoyo*”, entre outras. Além desses cartazes, a manifestação contou com diversas simbologias dos povos originários andinos como a *wiphala*⁷, a *unancha*⁸ e a *chakana*⁹.

5.1 Análise do cartaz Boletim informativo do Comitê de Solidariedade com a Bolívia (figura 1).

O cartaz está redigido em língua espanhola e podemos caracterizá-lo como pertencente ao gênero boletim de imprensa. Observa-se que o documento é assinado pelo *Comité de Solidaridad con Bolivia*, seguido de um emblema de formato circular, composto pelas cores da *wiphala*. A imagem do emblema é dinâmica, aparentando ser um cata-vento. No canto esquerdo superior, há uma imagem estilizada do ex-presidente Evo Morales. Ele traça uma camisa branca formal e utiliza um abrigo tipicamente boliviano. Empunha no peito a faixa presidencial com as cores da bandeira boliviana. A mão direita está no coração, gesto simbólico associado ao ritual de canto do hino nacional. A mão esquerda está empunhada, em um gesto que remete à luta socialista e internacionalista. A expressão facial é de seriedade. O título do cartaz está em branco em um fundo preto que se funde com a imagem do ex-presidente.

Em vermelho, está escrito *gacetilla de prensa* que podemos traduzir em português como “boletim de imprensa”. Logo abaixo está expresso o nome da cidade de Buenos Aires, o dia da semana, o mês e o ano, assemelhando-se ao gênero carta. Na parte central da imagem há um texto e um título que está em negrito e com letras maiores que o restante. O título informa a criação do Comitê de solidariedade com a Bolívia. Comunica que a criação do Comitê contou com a participação de sindicalistas da CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*) e da CGT (*Confederación General del Trabajo*), organizações dos direitos humanos, organizações estudantis e de bairro, membros da comunidade boliviana e residentes da Argentina. Segundo o texto, o Comitê de solidariedade com a Bolívia se posiciona em repúdio ao golpe de Estado, contra o racismo, o fascismo e em

⁷ Bandeira quadrangular composta por quadrados coloridos dispostos em diagonal, reconhecida como símbolo dos povos indígenas andinos, especialmente quéchuas e aimarás, e associada à identidade, à diversidade e à resistência desses povos.

⁸ Faixa horizontal de sete cores utilizada por povos indígenas andinos como símbolo de sua cosmovisão, de seus vínculos comunitários e da continuidade de suas tradições culturais.

⁹ Também conhecida como Cruz Andina, é um símbolo ancestral dos povos andinos que representa a cosmovisão indígena, a relação entre os diferentes planos do universo e os princípios de equilíbrio e complementaridade.

defesa da democracia, da igualdade e da paz na América Latina. No segundo parágrafo do texto, o Comitê convoca uma manifestação para a segunda feira, 18 de novembro e denomina a ação como uma jornada continental de luta contra o golpe no Estado plurinacional da Bolívia. O texto termina indicando onde será a concentração e a direção do ato na cidade de Buenos Aires.

A forma como o Comitê é designado chama atenção na imagem 1. Observa-se que ele é nomeado como Comitê de solidariedade com a Bolívia. Essa escolha é relevante na medida em que incide sobre as relações de determinação da palavra “comitê” com as noções de povo, nação e Estado na cena enunciativa. Nesse caso, a solidariedade é direcionada à Bolívia como um todo, ou seja, ao Estado-nação. Outro aspecto significativo é a ausência da designação “argentino” na nomeação do Comitê, diferente do Comitê que existe no Brasil, por exemplo, que recebe a denominação “brasileiro”. Tal omissão pode ser interpretada à luz da língua predominante no espaço de enunciação. Considera-se que a não explicitação do determinante “argentino” decorre do fato de o espanhol constituir a língua dominante na cena enunciativa do cartaz. Soma-se a isso o fato de o espanhol configurar-se como língua oficial da Bolívia, da Argentina e de grande parte dos países da América do Sul. Com base nesses elementos, entende-se que o Comitê de solidariedade constitui um sujeito enunciador coletivo que, além de atuar como porta-voz de diferentes vozes sociais (sindicais, estudantis, comunitárias, entre outras), projeta-se também como representante de enunciadore de língua espanhola na América do Sul que compartilham valores como igualdade, democracia, antirracismo e antifascismo.

Dito isto, o cartaz se insere em uma regularização discursiva vinculada ao campo ideológico de esquerda e internacionalista, pois a linguagem verbal e imagética mobiliza sentidos que circularam e seguem circulando na história do discurso político da esquerda sul-americana. Notamos isso em vários momentos: no punho esquerdo erguido na imagem de Evo Morales, no uso das cores da *wiphala*, na cor vermelha que estampa a expressão “*gacetilla de prensa*”, no formato do cartaz que lembra a forma de um panfleto, gênero bastante associado para a divulgação e agitação das ideias de esquerda.

No âmbito da linguagem verbal, denominações como “golpe de Estado” remetem a uma memória discursiva de rupturas institucionais armadas e violentas, posicionando o Comitê politicamente no campo de esquerda. A escolha por esta denominação, constrói o significado de que houve uma derrubada autoritária de um governo legítimo eleito de forma democrática. Poderíamos facilmente encontrar outras denominações em outros espaços

de enunciação para os eventos de novembro de 2019, como: “renúncia”, “crise institucional”, “transição de governo”. Cada forma de nomeação aponta para uma posição do sujeito, sujeito este que não fala por si e que não é único, mas que fala a partir do que está presente na memória discursiva.

Os itens lexicais “racismo” e “fascismo” ativam sentidos ligados à luta de classes e à história de resistência de um povo explorado pelos invasores europeus. A Bolívia foi constituída sob a base da opressão à população indígena e até a eleição de Evo Morales, uma pessoa de origem e cultura indígenas nunca tinha ocupado a presidência da república. O antigo nome do país, República da Bolívia, foi alterado em 2019 para “Estado plurinacional da Bolívia”, esta renomeação constrói um novo sentido para o nome da nação, pois inclui diversos tipos de nacionalidades dentro de um mesmo Estado. A determinação do Estado da Bolívia como “plurinacional” traz consigo uma carga simbólica e ideológica ligada à constituição indígena-popular boliviana.

Um conceito que ajuda a interpretar o cartaz em questão é o de heterogeneidade mostrada. Authier-Revuz (p.26, 1990) descreve a heterogeneidade mostrada como “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso”. O discurso na materialidade linguística do cartaz traz outras vozes como as dos grupos envolvidos (CTA, CGT, organismos de direitos humanos, entre outros.). Assim, o sujeito institucional da enunciação é composto e se apoia em múltiplas vozes sociais. Isso fortalece o efeito de legitimidade e representatividade do Comitê, como parte de um discurso que representa todo o movimento em defesa da legitimidade institucional de Evo como presidente. A denominação “organizações estudantis” remete a memórias discursivas de resistência e mobilizações. Em diversos golpes de Estado na América Latina, como no Chile em 1973 e no Brasil em 1964, os estudantes foram um dos principais focos de resistência às ditaduras.

O enunciado “*se conformó en la CTA el Comité de Solidaridad con Bolivia*” constrói a nomeação institucional de fundação de uma nova organização, tornando-a consolidada, legítima e inserida na memória discursiva de resistência ao golpe. O uso da forma não agentiva (“*se conformó*”) e da referência à Central dos Trabalhadores da Argentina (“*en la CTA*”) produz um lugar de enunciação institucional e coletivo, ligado ao movimento sindical e de esquerda na Argentina. Esta enunciação carrega efeitos de autoridade discursiva: quem enuncia fala de um lugar validado pela organização e pela causa que representa. Dessa forma, o discurso na materialidade linguística do cartaz busca construir: (i) uma

memória coletiva de luta e resistência; (ii) a legitimidade do governo popular deposto; (iii) a necessidade de uma ação coordenada continental contra o golpe e (iv) uma articulação solidária transnacional.

5.2 Análise do cartaz de convocação à manifestação do dia 17 de novembro (figura 2).

A imagem 2 pode ser caracterizada como do gênero cartaz e está redigida totalmente em espanhol, igualmente à imagem 1. Não há assinaturas no cartaz, de forma que não se sabe quem está convocando a manifestação. Na imagem central do lado esquerdo, em primeiro plano, está o presidente Evo Morales. Diferentemente da imagem 1, o ex-presidente não ostenta a faixa presidencial. Está com uma expressão sorridente e com as mãos abertas. Veste roupas tipicamente andinas e se encontra diante de uma multidão que levanta bandeiras da *wiphala* em uma passeata. Do lado esquerdo inferior vemos uma faixa com as cores que aludem à bandeira da Argentina e que se prolonga ao lado direito se transformando em cores que aludem à bandeira nacional boliviana. O título do cartaz convoca para uma grande concentração em rechaço ao golpe cívico-policial na Bolívia. Na parte inferior do cartaz, há informações da data, horário e local da manifestação. Em caixa alta, na parte inferior, há uma consigna que diz: “*seguimos y seguiremos con el proceso de cambio*”.

O texto contido na imagem 2 se projeta como parte de um discurso contra hegemônico, inserindo-se também em uma regularização discursiva no campo da esquerda sul-americana, pois apresenta diversos elementos imagéticos e simbólicos vinculados às formas de manifestações de rua como o uso de faixas e bandeiras em uma passeata. Evo Morales aparece em primeiro plano como representação de um dirigente legítimo, pois o formato e a disposição da imagem simbolizam a unidade popular em torno da sua pessoa. A imagem no espaço de enunciação cria um cenário que sugere a fusão entre povo, líder e pátria. A disposição dos textos mostra que esse mesmo povo rechaça o golpe cívico-policial na Bolívia, de modo que a instituição “polícia” é colocada fora do âmbito da entidade “povo”.

O enunciado “*seguimos y seguiremos*” apresenta os verbos em tempo presente e futuro. Estes tempos verbais constroem o sentido de que as mobilizações e o projeto político vinculado às demandas populares e indígenas simbolizadas pela figura do presidente Evo Morales continuam e continuarão. A enunciação da consigna “*seguimos y seguiremos con*

el proceso de cambio”, em um contexto marcado pelo golpe, pela violência e pela ameaça, retoma um pré-construído segundo o qual, apesar de tudo o que já foi dito sobre o fim do movimento de resistência, este permanece, reafirmando sua continuidade histórica, sua capacidade de articulação e seu potencial de luta.

Outro elemento central na consigna “*seguimos y seguiremos con el proceso de cambio*” é a própria formulação “*proceso de cambio*” para designar o governo de Evo Morales. Não se trata de nomear apenas uma gestão governamental, mas de inscrever este movimento em uma temporalidade histórica mais ampla, apresentada como contínua e projetada para o futuro. Esta formulação mobiliza memórias de enfrentamento às estruturas coloniais e de reivindicação de protagonismo dos povos indígenas. Também se relaciona a memórias de processos revolucionários associados à inauguração de uma nova etapa histórica. O uso da primeira pessoa do plural, junto ao chamado à manifestação, produz uma identidade compartilhada entre locutor e interlocutor, para que todos defendam a continuidade do projeto político em vigor e rechacem o golpe cívico-policial.

5.3 Análise do cartaz de convocação para a jornada de luta continental contra o golpe na Bolívia (figura 3)

A imagem 3 apresenta diversos elementos relevantes para análise. No cartaz, a figura do ex-presidente Evo Morales aparece centralizada, vestindo roupas andinas, sorrindo e acenando com a mão aberta. A imagem provavelmente foi capturada no centro cerimonial em Tiahuanaco (a 71 km de La Paz) onde ocorre uma celebração com rituais pré-incaicos, relacionada à posse presidencial de Evo. Ao redor de Morales, há pessoas enfileiradas também trajadas de roupas típicas andinas. Elas empunham bandeiras da *wiphala* e bandeiras nacionais do Estado boliviano. O fundo da imagem é o céu azul que contrasta com o verde da montanha.

Na parte superior do cartaz está escrito em letras brancas “*Jornada continental de lucha contra el golpe en Bolivia*”. Logo abaixo desta chamada, há uma faixa com adereços andinos e no centro se localizam, respectivamente: a bandeira da Bolívia, a bandeira da *wiphala* e a bandeira da Argentina. Abaixo observamos, em azul, a data, o horário, o endereço e o destino da manifestação e em vermelho: “*trae tu wiphala para suma(r)te al gran*”. Mais abaixo, em caixa alta nas cores da *wiphala* está escrito “*wiphalazo*”. E no final, em branco lemos a seguinte consigna: “*no al golpe de estado en Bolivia*”. O cartaz não está assinado por nenhuma organização.

O discurso do cartaz busca conectar as manifestações a uma jornada continental para além dos respectivos Estados nacionais. O gesto de disposição das bandeiras do Estado boliviano e do Estado argentino em cima de uma faixa com símbolos andinos, no espaço de enunciação, constrói um significado que, para além da divisão dos estados nacionais, há uma bandeira unificadora que representa a união dos povos indígenas – a bandeira da *wiphala*. Há uma unidade entre locutor e alocutário que compartilham dos mesmos valores, pois o locutor convoca o alocutário a trazer sua bandeira da *wiphala*, pressupondo que o alocutário já possui esta bandeira. O verbo que denota esta ação é o verbo “trazer” conjugado no imperativo em segunda pessoa “*trae*”. O uso desta segunda pessoa do singular em espanhol indica proximidade e informalidade entre o enunciador e o alocutário, reforçando nossa análise.

Destacamos a importância da palavra “*wiphalazo*” na construção do sentido no espaço de enunciação do cartaz. Esta palavra está realçada em caixa alta e no formato multicolor. Todas as palavras estão enunciadas em língua espanhola, exceto uma, a palavra *wiphala*. Essa palavra de origem andina/*aymara* disputa o espaço de enunciação, ocupa o centro do cartaz e recebe o sufixo “*azo*” do espanhol. A seguir, analisaremos como a palavra *wiphala* se inscreve na memória da língua espanhola e da língua dos povos incaicos.

Minerva Coronel Mamani, docente da Universidade Indígena de Tawantinsuyu-Axila, afirma que o vocábulo *wiphala* faz parte da língua *aymara*. “*Los diccionarios bilingües modernos lo traducen como ‘bandera’. Empero, probablemente, se trate de un neologismo.*”. (Coronel Mamani, 2025, p. 3-4). Segundo a pesquisadora, a palavra *wiphala* não figurou no primeiro dicionário de *aymara* publicado em 1612. Diante desse fato, Coronel Mamani (2025, p. 4-5) infere três perspectivas para delimitar a origem da palavra *wiphala*: (i) tratar-se de um neologismo surgido no período republicano da Bolívia, ou seja, após 1825; (ii) pertencer a uma variante do *aymara* que não foi registrada naquele momento e (iii) não ter sido registrada devido a sua incompatibilidade com a fé cristã visto que a Igreja Católica só autorizava palavras que não se contrapunham à sua doutrina.

Segundo a pesquisadora (2025, p.4), o vocábulo *wiphala* passa a aflorar na imprensa e na literatura bolivianas no fim do século XIX, porém seu registro começa a ser encontrado em dicionários bilíngues republicanos somente na metade do século XX. O uso desta palavra não se limita apenas às fronteiras do Estado boliviano, ela também tem vigência no Peru, na área *aymara*, sendo descrita como composta por uma bandeira de “7 cores

horizontais, [que] representa a pluralidade das nações, línguas, culturas e pensamentos” (Huayhua Pari, 2009 *apud* Coronel Mamani, 2025, p.5). Segundo Coronel Mamani, (2025, p. 5-6) o povo *quéchua-aymara* da Bolívia e o povo indígena do continente sul-americano adotaram a bandeira quadriculada como emblema da luta e reivindicação identitária. A *wiphala* representa uma força política com efeito que se multiplica, de modo que outros povos também a utilizam na luta diante dos Estados nacionais.

Após a análise sobre a origem da palavra *wiphala*, passaremos agora a análise do sufixo “azo”. Segundo a *Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay*, “a sufixação é um processo de derivação por meio do qual se formam novas palavras colocando um sufixo a uma base léxica”. (Di Tulio e Malcuori, 2012, p.123). Deste procedimento de formação de palavras se derivam nomes, adjetivos e verbos de modo que a palavra “*wiphalazo*” consiste em um substantivo formado a partir de um nome de origem *aymara* (“*wiphala*”) e o acréscimo de um sufixo de base latina (“azo”).

O sufixo “azo”, por sua vez, tem como função formar nomes que expressem golpes ou ações bruscas como, por exemplo, “*bastonazo*”, “*pelotazo*”, entre outros. Segundo a *Nueva Gramática de la Lengua Española [en línea]*¹⁰ “Una característica notable de este sufijo es su gran productividad, especialmente en la designación de golpes.” (Real academia española y Asociación de academias de lengua española, 2009-2011). Na língua espanhola, os substantivos que derivam nomes de golpes terminados em “azo” designam, na maioria das vezes, nomes de objetos físicos como armas, instrumentos, utensílios, entre outros. O sufixo “azo” também pode ser usado para se referir a êxitos como, por exemplo, a palavra “*taquillazo*” (um espetáculo que resulta muito bem rentável). As conotações associadas com o sentido original da noção de ‘golpe’ se mantêm nos derivados em “azo” que designam pronunciamento militar, publicitário e/ou jornalístico. Também se mantêm em palavras que designam ações ou decisões políticas que possuam caráter público, como geralmente atuações surpresas de certas transcendências, algumas vezes autoritárias e outras reivindicativas (como é o caso de “*wiphalazo*”).

Alguns substantivos que terminam com o sufixo “azo” derivam de nomes próprios, por exemplo: “*malvinazo*”, “*fujimorazo*”, “*bogotazo*” etc. Outros procedem de nomes comuns

¹⁰ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Nueva gramática de la lengua española. Madrid: Espasa, 2009-2011. Disponível em: <https://www.rae.es/gram%C3%A1tica/morfolog%C3%ADa/el-sufijo-azo?resaltar=azo#5.10c>. Acesso em: 11 maio 2026.

que representam o elemento em torno do qual se produzem estas manifestações, por exemplo: “*cacerolazo*”, “*tarifazo*”, “*cuartelazo*”, entre outros. Estes substantivos são muito numerosos e se criam espontaneamente em função de circunstâncias imprevisíveis e geralmente possuem uma vida efêmera, circunscrita a determinadas áreas linguísticas.

Segundo a *Nueva Gramática de la Lengua Española [en línea]*, a palavra “*banderazo*” significa “*manifestación pública de apoyo o de rechazo en el área rioplatense*” (Real academia española y Asociación de academias de lengua española, 2009-2011). Trazemos o exemplo da palavra “*banderazo*”, pois ela funciona no discurso de forma muito parecida com a palavra “*wiphalazo*”, foco da nossa análise.

Diante do exposto, concluímos que palavra *wiphala* se inscreve em uma memória discursiva que retoma toda a trajetória de luta da população indígena andina contra a colonização. É uma palavra que traz consigo em sua materialidade linguístico-discursiva a história da resistência à colonização violenta feita pelos brancos europeus. Quando adquire o sufixo de base latina “*azo*”, transforma-se na palavra “*wiphalazo*”, produzindo significados relacionados à ação, a golpe, a armas e a formas de luta. Em decorrência disso, notamos que a imagem da *wiphala* está presente em todas as séries textuais analisadas pois representa a luta de resistência dos povos indígenas contra um golpe ao primeiro governo de um presidente também indígena da Bolívia. A presença do presidente Evo nos cartazes reforça sua identidade e sua vinculação às demandas indígenas, sendo associado à construção discursiva de representatividade do povo, do Estado e da nação.

6 A *wiphala* como regularidade discursiva

A *wiphala*, como vimos no decorrer deste texto, consiste em uma simbologia significativa para a cultura andina. Segundo Coronel Mamani (2025, p.9), a força da *wiphala* é tão marcante na história dos povos andinos que existe uma lenda de que a composição da bandeira do estado nacional boliviano teve inspiração na *wiphala*. O presidente Manuel Isidoro Belzú (1848-1855), em uma de suas viagens, observou o arco-íris (cujas cores é associada ao símbolo) e teve a inspiração para definir as cores da bandeira boliviana – verde, amarelo e vermelho.

A inclusão da *wiphala* como símbolo oficial na constituição política da Bolívia em 2009 não se deu de forma pacífica. Diversos setores da sociedade se opuseram à medida, alegando que a bandeira de origem indígena poderia substituir a bandeira nacional.

Segundo Coronel Mamani, (2025, p. 24) o debate sobre a *wiphala* como símbolo oficial adquiriu cada vez mais força na sociedade boliviana, especificamente nas redes sociais. Durante o golpe de 2019 foi possível ler diversas posições rechaçando o uso da bandeira. Muitas destas posições expressas na internet possuem cunho racista como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 4 - Postagem pejorativa sobre a bandeira da *wiphala* em rede social.



Fonte: Coronel Mamani (2025, p.23)

Podemos perceber na imagem veiculada no canal “*actualidad*” que a ação constitucional de 2009 de incluir a bandeira da *wiphala* como símbolo oficial da Bolívia gerou diversas reações de cunho racista. Como podemos observar na imagem 4, a *wiphala* é caracterizada de forma pejorativa, pois simbolizaria uma divisão entre campo e cidade. Sabemos que as bandeiras políticas oficiais de um país, além de sua função institucional, têm como intuito participar da criação imaginária de uma unidade nacional. Porém, para a população indígena boliviana, a bandeira oficial do Estado nacional da Bolívia se inscreve na memória discursiva desta população como um símbolo de apagamento das suas origens e culturas. O fato de a bandeira da *wiphala* ser denominada, na imagem 4, como “merda” e ser causadora de uma suposta divisão entre campo e cidade, evidencia um rechaço explícito não só ao símbolo, mas também às pessoas indígenas como um todo. O racismo foi um forte elemento presente nas ações do golpe de Estado de 2019 como por exemplo, a retirada da *wiphala* dos uniformes oficiais, a supressão da *wiphala* do mastro da praça *Murillo*, a queima de símbolos indígenas em manifestações de apoio ao golpe, entre outros atos de desagravo.

Segundo Muñoz, Chambi e Schorch (2025, p.1), nos contextos de mobilizações sociais na Bolívia (2019), Chile (2019 e 2020), Equador (2022) e Peru (2022 e 2023), os povos originários tiveram um papel destacado. Nestas mobilizações, se explicitou o uso de bandeiras indígenas como dispositivos simbólicos de identificação coletiva e de reivindicação aos estados nacionais. Segundo os autores (2025, p. 5-6) os protestos de 2019 na Bolívia se deram mais pela defesa da *wiphala*, que estava sendo ultrajada, do que pela defesa do presidente Evo Morales. Neste contexto, a bandeira indígena atuou como um ator político no espaço público. Dessa forma, notamos que a *wiphala* mobiliza dimensões próprias da memória discursiva dos povos originários dos Andes e traz consigo a memória da garantia dos avanços políticos que foram alcançados com a promulgação dos Estados plurinacionais na Bolívia (2009) e do Equador (2008).

Segundo Chambi (2025, p.2) durante o golpe de 2019, a *wiphala* sofreu diversos ataques de grupos de direita, fato que culminou na criação do “dia da dignidade da *wiphala*”, na data 11 de novembro. A *wiphala* teve um papel fundamental não somente nas mobilizações de 2019 na Bolívia, como também nas mobilizações no Peru em 2022 e 2023, transpassando, assim, as fronteiras estatais e assumindo seu protagonismo como símbolo de protesto, adquirindo a capacidade de mobilizar emoções. Segundo Chambi, (2025, p.5) a bandeira da *wiphala*, tal qual conhecemos hoje, foi criada entre as décadas de 1970 e 1980 pelos movimentos indianistas na Bolívia. Durante este período, estes movimentos buscaram restaurar emblemas, símbolos, mitos e personagens históricos do mundo indígena. Esta restauração tinha como objetivo criar ferramentas políticas para a reconstrução simbólica destes povos a partir de uma ideologia descolonizadora, posicionando-se contrariamente ao estado nacional, considerado opressor. A *wiphala*, embora seja considerada uma bandeira transnacional, ganhou estatuto nacional ao ser promulgada como símbolo oficial da Bolívia. Desde então, em todos os departamentos públicos, a *wiphala* tem que ser içada juntamente com a bandeira oficial. No período do governo Morales, segundo Chambi (2025, p.9) a *wiphala* se converte em parte central da propaganda governamental e passa a ser relacionada com o governo e o partido de Evo Morales. Após o golpe de 2019, a nova presidente Jeanine Añez, do partido *Unidad Democrática*, inaugurou sua entrada ao palácio do governo com a retirada da *wiphala* das instalações, expondo ao público uma Bíblia. Os meios de comunicação registraram o momento em que a bandeira indígena foi atirada às ruas, sendo pisoteada e queimada publicamente na praça *Murillo* (sede do governo) por setores da oposição e por membros da polícia nacional como podemos observar na matéria do jornal *El País*: “Queima de

bandeiras indígenas alimenta fratura da Bolívia depois da renúncia de Evo Morales”¹¹.

A imprensa também registrou que diversos policiais retiraram o emblema da *wiphala* da farda, “deixando, apenas, a bandeira da Bolívia” (Chambi, 2025, p.12). Como forma de protesto aos agravos às bandeiras indígenas, diversos setores da população, especialmente na zona ocidental do país, saíram às ruas, portando *wiphalas* e acusando o novo governo de racista. Segundo Chambi (2025, p.17) durante os golpes de 2019 na Bolívia e de 2022 no Peru, as redes sociais do ativismo indígena, tanto da Bolívia, como da Argentina e Chile tiveram uma intensa interação com os coletivos do sul peruano. Neste contexto, a *wiphala* se converteu no emblema integrador dos diferentes lados das fronteiras. Como pudemos observar diante do exposto, a força discursiva da *wiphala* é tão expressiva nos movimentos de resistência ao golpe, que constatamos que suas irrupções formam uma regularidade discursiva nas séries textuais dos materiais analisados.

7 Considerações finais

Na condição de falantes de uma língua, os sujeitos operam processos de denominação, determinação e delimitação, por meio dos quais produzem sentidos e constroem significados. Ao longo das análises, observamos, por exemplo, que denominações como golpe de Estado, Estado plurinacional e *wiphalazo* delimitam posições enunciativas e mobilizam memórias discursivas específicas, produzindo sentidos vinculados à resistência indígena, ao internacionalismo e à defesa da democracia.

Este artigo teve como objetivo analisar como, e em relação a quais fatores discursivos, a língua espanhola se articula à iconografia das línguas originárias nas séries textuais e imagéticas produzidas pela comunidade boliviana em Buenos Aires durante as mobilizações contra o golpe de Estado na Bolívia em 2019. Buscamos, ainda, compreender como essa articulação produz sentidos sobre Estados, povos e nações no espaço geográfico sul-americano, tendo o político como dimensão constitutiva de seu funcionamento.

Os resultados mostram que elementos como a *wiphala* mobilizam a memória discursiva de resistência indígena, produzindo sentidos vinculados a projetos de descolonização. A palavra “*wiphalazo*”, por sua vez, remete a lutas contemporâneas

¹¹ José Pablo Ciales, Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573524533_320421.html. Acesso em 25 abr 2026

vinculadas à Bolívia independente dos séculos XX e XXI. Observamos também que certas denominações (como “golpe de Estado”, “povo” e “Estado plurinacional”) inscrevem o discurso em uma formação ideológica de esquerda e internacionalista, na qual a figura de Evo Morales opera como eixo de representação entre povo, Estado e nação.

Por fim, conclui-se que os materiais constroem um sujeito enunciator coletivo e transnacional, e que a *wiphala* se consolida como uma regularidade discursiva central, funcionando como signo político de identidade, mobilização e resistência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de Estudos da Linguagem**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

CELADA, María Teresa; FANJUL, Adrián Pablo. **Língua e política**: conceitos e casos no espaço da América do Sul. São Paulo: Edusp, 2022.

CHAMBI, Rubem Dario. Wiphala de lucha: el actuar transfronterizo de una bandera aymara ante el agravio estatal. **Sí Somos Americanos**: Revista de Estudios Transfronterizos, Santiago do Chile, v. 25, p. 1-28, 2025. Disponível em: <https://sisomosamericanos.cl/index.php/sisomosamericanos/article/view/1159/755>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CORONEL MAMANI, Minerva. La wiphala: entre mito, historia y poder político. **Sí Somos Americanos**: Revista de Estudios Transfronterizos, Santiago do Chile, v. 25, p. 1-33, 2025. Disponível em: <https://sisomosamericanos.cl/index.php/sisomosamericanos/article/view/1170/758>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CRIALES, José Pablo. A queda de Evo Morales, um presidente entre o autoritarismo e o povo nas ruas. **El País Brasil**, 12 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573524533_320421.html. Acesso em: 26 abr. 2026.

DI TULLIO, Ángela; MALCUORI, Marisa. **Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay**. Montevideo: ANEP; ProLEE, 2012.

ENCUENTRO ANTIIMPERIALISTA DE CABA. **A sostener y profundizar la democracia, el proceso de cambio y la Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia**. Blogspot, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://ea-caba.blogspot.com/2019/11/a-sostener-y-profundizar-la.html>. Acesso em: 24 abr. 2026.

GARCIA LINERA, Álvaro. Moderação está fazendo mal à esquerda. **Outras Palavras**, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/linera-moderacao-esta-fazendo-mal-esquerda>. Acesso em: 8 abr. 2026.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Laboratório Corpus**, Santa Maria, p. 49-68, jan./mar. 2014.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. v. 1, p. 15-33.

HUAYHUA PARI, Felipe. **Diccionario bilingüe polilectal: aymara-castellano, castellano-aymara**. Universidad Mayor de San Marcos, 2009.

INDURSKY, Freda. Que povo é esse? **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-114, jan./jun. 1995.

MUÑOZ, Diego; CHAMBI, Rubem Dario; SCHORCH, Philipp. Banderas indígenas: una introducción. **Sí Somos Americanos**: Revista de Estudios Transfronterizos, Santiago do Chile, v. 25, p. 1-14, 2025. Disponível em: <https://sisomosamericanos.cl/index.php/sisomosamericanos/article/view/1218/759>. Acesso em: 29 abr. 2026.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez; Editora da Unicamp, 1990.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Disponível em: <https://www.rae.es/gramatica>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RIFF, Alice; ONÇA, Luciano. **100% boliviano, mano**. Direção de Alice Riff e Luciano Onça. São Paulo: Grão Filmes, 2013. HD, 13 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QijeCUsglCY>. Acesso: 29 abr. 2026

ROBERTS, Michael. Policrises novamente: econômica, ambiental e geopolítica. **A Terra é Redonda**. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/policrises-novamente-economica-ambiental-e-geopolitica>. Acesso em: 8 mar. 2026.

SILVA, Sidney Antonio da. Etnia, nação e regionalismos nos jogos identitários entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da (orgs.). **Simpósio Internacional Migração**: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. A violência como fator migratório. **Travessia**: revista do migrante, n. 25, p. 5-9, maio/ago. 1996. Disponível em <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/566> Acesso em: 28 abr. 2026.

VELEDA, Raphael. Bolivianos são 43% dos estrangeiros resgatados do trabalho escravo no Brasil. **Metrópoles**, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolivianos-sao-43-dos-estrangeiros-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em: 7 mar. 2026.